

"Isso serve de exemplo para casos de abuso de poder e práticas que são coibidas dentro do possível. Está havendo um processo educativo."

De Roseana Sarney (PMDB), ontem, após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cassar o mandato do governador do Maranhão, Jackson Lago (PDT), acusado de irregularidades durante a campanha de 2006. Roseana, que herdará o governo, acredita que "a Justiça fez justiça".

Keynes, política fiscal e a economia brasileira



JOSÉ LUIS OREIRO



LUIZ FERNANDO DE PAULA

Uma vez dissipado o "ceticismo otimista" de certos membros da "ortodoxia" sobre a intensidade dos efeitos da crise financeira internacional sobre a economia brasileira, o debate sobre política econômica no Brasil passou a se concentrar na agenda de medidas necessárias para se minimizar a desaceleração econômica. Do lado ortodoxo, observamos um certo consenso quanto à necessidade de relaxamento da política monetária. A expansão fiscal, contudo, é tida não só como desnecessária, como também um entrave a uma redução mais forte e rápida da taxa de juros. Para os desenvolvimentistas, por sua vez, uma expansão fiscal é a única saída possível para se enfrentar a crise em função da relutância irracional do Banco Central em produzir o corte requerido da taxa de juros e da falta de disposição do presidente em fazer a mudança necessária na diretoria do BC para "desbravar" a política monetária.

Qual seria o formato ideal de uma política fiscal anticíclica? Para responder a essa pergunta temos primeiro considerar os princípios que devem nortear a condução da política fiscal nas economias de mercado. Esses princípios foram apresentados por John Maynard Keynes nos seus escritos sobre o financiamento dos gastos do governo britânico para o período pós-Guerra. Com base nesses princípios, a política fiscal deve: a) gerar equilíbrio intertemporal do orçamento público; b) apoiar-se na realização de investimentos públicos como "estratégia preventiva" para a estabilização do nível de demanda efetiva.

Ao contrário do senso comum prevalente nos debates sobre política fiscal, Keynes nunca defendeu a geração de déficits fiscais permanentes como política de geração de demanda efetiva. Em situações de desemprego elevado, o déficit fiscal poderia ser usado como um expediente temporário para estimular a economia. No entanto, Keynes manifestava uma clara preferência por políticas preventivas que fossem capazes de evitar flutuações em larga escala no nível de produção e de emprego. O sucesso dessas políticas de prevenção seria capaz de garantir o equilíbrio intertemporal do orçamento público, ao manter elevados os níveis de renda e de emprego.

Para Keynes, as flutuações do nível de renda e de emprego resultavam da instabilidade do "estado de ânimo" dos empresários, instabilidade esta que produz grandes flutuações do volume de investimento. Dessa forma, uma agenda de prevenção de crises deveria focar na adoção de medi-

das que viessem a estabilizar o volume agregado de investimento. Tal estabilização requeriria uma "socialização do investimento", ou seja, uma elevada participação do investimento público na formação bruta de capital da sociedade. Em outras palavras, uma política anticíclica não é apenas uma política de investimento público para atenuar os efeitos de uma crise, mas principalmente uma política que reduza as chances de ocorrência de novas crises no futuro. É uma política de manutenção da prosperidade econômica, e não apenas a "economia da depressão".

O efeito de "prevenção de crises" poderia ser obtido também por uma política fiscal que privilegiasse o aumento dos gastos de consumo do governo. Para Keynes, no entanto, uma política baseada no investimento público seria preferível a uma baseada nos gastos de consumo, enquanto não houver sido alcançado o ponto de saturação do capital, ou seja, o nível de estoque de capital (público e privado) a partir do qual novos investimentos não são rentáveis tanto do ponto de vista privado como social. Enquanto isso não ocorre, uma política fiscal baseada no investimento público irá contribuir positivamente para o crescimento econômico de longo prazo, gerando aumento na capacidade produtiva da economia e ainda novas receitas tributárias no futuro, fazendo com que esse tipo de gasto governamental seja, em larga medida, "autofinanciável".

Keynes argumentava que o orçamento do governo deveria ser dividido em duas partes: uma conta de gastos correntes, denominado de "orçamento ordinário" (que

inclui pagamento de juros sobre a dívida pública); e uma conta de gastos de capital, designado "orçamento de capital". O economista britânico defendia que o primeiro deveria estar equilibrado o tempo todo, ou mesmo em superávit, que deveria ser transferido para o orçamento de capital, enquanto que o último poderia estar transitóriamente desequilibrado, embora devesse estar equilibrado a longo prazo. Em outras palavras, seria ajustado de acordo com as flutuações no nível de demanda agregada.

Uma política fiscal baseada no investimento público irá contribuir positivamente para o crescimento econômico de longo prazo

Nesse contexto, observa-se que o elemento mais importante da política fiscal anticíclica keynesiana não é a simples geração de déficits fiscais para estimular a economia, entendida como necessária em ocasiões de aguda desaceleração econômica, mas sim o aumento significativo da participação do investimento público no investimento total como expediente para a estabilização do investimento e da demanda efetiva.

Que lições podemos tirar dessa discussão para o Brasil? Em primeiro lugar, podemos concluir que uma política fiscal anticíclica não deve apenas lidar com os efeitos da crise, uma vez que a mesma tenha ocorrido, mas deve procurar impedir a ocorrência de crises. Em segundo lugar, tal política deve estimular a acu-

mulação de capital naquelas economias "jovens" que ainda não alcançaram o ponto de saturação do capital. Uma política anticíclica que atenda a esses dois objetivos deve contemplar o aumento significativo do investimento público como proporção do PIB.

No caso brasileiro, essa política requer o abandono das metas de superávit primário e sua substituição por "metas de superávit em conta corrente do governo", ou seja, metas para a diferença entre a receita total do setor público e os gastos correntes do mesmo. Em 2008, o setor público no Brasil teve um superávit em conta corrente de 2,68% do PIB e investiu 3,79% do PIB. Uma redução de 4 pontos percentuais na taxa básica de juros geraria uma redução de cerca de R\$ 67 bilhões de pagamento de juros ao longo de 12 meses (supondo uma correlação de 0,93 entre a Selic e a taxa de juros média da dívida pública brasileira), ou cerca de 2,3% do PIB de economia de juros. Sendo assim, é perfeitamente factível a constituição de uma meta de superávit em conta corrente do governo de 5% do PIB para os próximos anos, o que permitiria um aumento significativo do investimento público no Brasil, ajudando assim a criar um ambiente mais apropriado ao crescimento da renda e do emprego no país.

José Luis Oreiro é professor do Departamento de Economia da UnB e membro da Associação Keynesiana Brasileira. jlcoreiro@terra.com.br

Luiz Fernando de Paula é professor da Faculdade de Economia da UERJ e vice-presidente da Associação Keynesiana Brasileira. luizfpaula@terra.com.br

Cartas de Leitores

Correspondências para Av. Jaguaré, 1.485, CEP 05346-902 - SP ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Aeroporto Santos Dumont

"Chegou ao inimaginável a situação do setor aéreo brasileiro. Como se não bastasse a sucessão de erros cometidos pela Anac, ocupada desde o seu início por profissionais com pouca ou nenhuma tradição no setor, vemos agora uma decisão eminentemente técnica, e que envolve a utilização de aeroportos, cair nos braços de um juiz de direito. Um assunto que trata de vidas e segurança da população em geral, e cujos equívocos contabilizam as vítimas em centenas, não pode jamais ficar sujeito à indústria de liminares de nossa Justiça. Todo o circo de absurdos tem a sua origem em um item de constituição da agência que determina que toda e qualquer empresa aérea tem o 'direito' de ir para onde entender, guardando restrições técnicas, amplamente evidentes, mas não considerados, no caso do Santos Dumont. Ora, a ser levado a extremos essa interpretação, como pleiteia a Anac, será o caso de se questionar a própria existência da agência como órgão regulador."

HELICIO RODRIGUES
hrodrigues@br.inter.net

Gilmar Mendes e o MST

"Gilmar Mendes tem revelado um ódio mortal pelo MST. Ao mesmo tempo, o presidente do STF chegou a conceder dois habeas corpus ao banqueiro Daniel Dantas em apenas 24 horas. A discussão em torno do tema chama atenção, pois o STF, tribunal que Gilmar Mendes preside, deveria ser o guardião da lei maior do país. No entanto, não faz a sua parte, que seria cobrar do governo a reforma agrária, prevista na Constituição Federal de 1988 no título VII, capítulo III. O MST não faz só protestos, mas defende e pratica, em seus assentamentos, a agricultura familiar. Mas, enquanto a agricultura familiar recebe migalhas do governo, o agronegócio recebe vultosos e constantes subsídios. No entanto, é o MST que o ministro acusa de receber financiamentos e ninguém vem a público denunciar a benevolência desse mesmo governo com o agronegócio, que acaba contribuindo para a concentração de renda."

EMANUEL CANCELLA
emanuelcancell@uol.com.br

Correção

Diferentemente do que foi publicado na matéria "PAC é a saída para queda nas obras industriais", publicada dia 4/3/2009, a Aracruz Celulose não desistiu do projeto de expansão da fábrica no município de Guaíba, no Rio Grande do Sul. O projeto foi adiado temporariamente. A empresa mantém sua intenção de retomar os investimentos assim que as condições de mercado os justificarem.

China e América Latina além da crise

O que é certo, tanto para o bem como para o mal, é que os vínculos entre as duas regiões aumentará. Por Javier Santiso

As perspectivas macroeconômicas para a América Latina obscureceram-se com a entrada de 2009. Alguns bancos de investimento, como o Deutsche Bank, agora projetam crescimento inferior a 1,8% para este ano, em linha com organizações internacionais, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Outros, entre os quais o JPMorgan, atrevem-se a prever expansão abaixo de 1% do PIB da região em 2009 e recessões em países como Argentina e México, com retrações de 1% e 0,6%, respectivamente.

Quaisquer que sejam os prognósticos, está claro que a bonança macroeconômica dos últimos anos acabou. Nem todos, contudo, compartilham a mesma sorte em 2009: embora muitos possam crescer a passo de tartaruga, como Brasil e Colômbia (2% e 2,5%, respectivamente, segundo o JP Morgan), outros continuarão nas alturas, com taxas de expansão ainda elevadas, como o Peru (5,3%). Da mesma forma, nem todos os setores serão afetados por igual e, sem dúvida, a região conservará um importante potencial, em particular para operadores em busca de mercados amplos: as economias latino-americanas com renda per capita superior aos US\$ 10 mil, em Paridade do Poder de Compra (considerado como limite para o desenvolvimento da classe média), agrupam quase 400 milhões de pessoas, 75% da população da região.

Neste ano, uma das incógnitas para a região será a Ásia, particularmente a China. Para alguns países da região, como o Chile, por exemplo, a Ásia já é a principal região de destino de suas exportações (35% das exportações chilenas dirigem-se para a Ásia, mais do que para a América do Norte e Europa). No Peru, a porcentagem é de 19% e outros países, como o Brasil e Argentina, também olham cada vez mais para o Pacífico. Desde 1995, o intercâmbio comercial entre América Latina e Caribe com a China multiplicou-se por 13, de US\$ 8,4 bilhões para US\$ 100 bilhões em 2007. No ano passado, a China transformou-se no segundo maior parceiro comercial da região, logo atrás dos EUA. Como se fosse pouco, os preços das matérias-primas, que representam mais de 60% do total das exportações latino-americanas, dependem em parte da demanda asiática, com a China devorando petróleo, cobre e soja para sustentar seus índices de crescimento e



fornecer alimentos à população.

A China, em 2008, 30 anos após o processo de abertura iniciado por Deng Xiaoping, converteu-se na terceira maior economia do mundo. Desde o fim do ano passado, a taxa de expansão perdeu força e as autoridades anunciaram um plano maciço de estímulo fiscal (US\$ 600 bilhões, cerca de 14% do PIB). Para a América Latina, todos acontecimentos no distante Oriente serão igualmente cruciais. Tudo aponta para uma rápida desaceleração na China, não apenas pela cifra agregada, mas também pelas contrações setoriais que estamos presenciando. A demanda por aço, o consumo elétrico, as vendas de carros e a produção industrial apontam para uma baixa. As medidas adotadas, contudo, também corroboram a determinação das autoridades de manter o crescimento acima de 7% a 8%, considerado por muitos analistas como chave para inibir distúrbios sociais e descontrolado do desemprego.

Os desafios chineses, entretanto, vão mais além da conjuntura. Como nenhum outro país emergente, a China depara-se a médio prazo com o repto de não apenas uma, mas de três transições demográficas de grande calado. Não apenas precisa enfrentar uma urbanização acelerada de sua população, mas também o envelhecimento acelerado (deste ponto de vista sua "idade de ouro" demográfica já passou, ao contrário da Índia) e a um descompasso de gênero sinalizando que o equivalente à população da Espanha não encontrará parceira no futuro. Em breve, haverá entre 40 milhões e 60 milhões de homens a mais do que mulheres, como consequência da política de natalidade

As empresas sul-coreanas e japonesas, que já apostaram em grandes investimentos na China, estão antecipando um maior protecionismo chinês

levada a cabo nas décadas anteriores.

Outro desafio, mais estrutural, enfrentado pela economia da China são as tensões e tentações protecionistas que irão conquistar espaço no Ocidente à medida que a recessão se aprofunde em 2009. Como assinalado no magnífico ensaio do economista Yasheng Huang, "Capitalism with Chinese characteristics: entrepreneurship and the State" ("Capitalismo com Características Chinesas: Empreendedorismo e o Estado"), o capitalismo chinês padece de um pecado original, que reside em seu contropelo estatal. Este cordão umbilical, embora constitua uma de suas forças, também expõe estas mesmas empresas a reações adversas no momento de entrar em outros mercados, especialmente via aquisições ou aumento das exportações. No futuro, é de se esperar que este desafio protecionista, longe de atenuar-se, fique ainda mais acentuado. É algo que as empresas sul-coreanas e japonesas, que no passado apostaram em grandes investimentos na China, estão antecipando, como é corroborado por seus recentes desdobramentos industriais e avanço em outros mercados asiáticos, como Vietnã e Indonésia, o que é uma forma de diversificar seus riscos e não se expor demasiadamente a um breco às importações chi-

nesas por parte dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Os riscos aqui assinalados, a curto e longo prazo, não têm motivos para materializar-se no futuro. O que, sim, é certo, tanto para o bem como para o mal, é que a América Latina terá que considerar o que ocorrer ou deixar de ocorrer na Ásia, em particular na China. Os vínculos entre as duas regiões continuarão cada vez mais próximos. Isto é algo que fica claro para ambas as regiões, como simbolizaram, no fim de 2008, a entrada da China no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como país doador; a celebração da 2ª Cúpula Empresarial China-América Latina, na cidade chinesa de Harbin, província de Heilongjiang; e a presença, alguns meses antes, em Lima, do primeiro-ministro da China na cúpula do Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (Apec, em inglês). Nesta ocasião, o governo peruano assinou acordo de livre comércio com o colosso asiático, depois de tê-lo feito com o Chile em 2005. Atualmente, a Costa Rica também negocia acordo similar, e é de se esperar que mais países façam o mesmo.

A crise atual, desencadeada nos países da OCDE, apenas confirma a necessidade de olhar em direção a novos rumos, algo que América Latina e China vêm fazendo, de maneira acertada, desde o princípio do milênio.

Javier Santiso é diretor e economista-chefe do Centro de Desenvolvimento da OCDE, instituição que publica o Panorama Econômico Latino-Americano da OCDE.